



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 01ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2025

1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
21/01/2025	16h	18h	reunião efetuada por acesso remoto (videoconferência), via <i>link</i> gerado pela entidade.

2. Pauta

Item	Descrição
I	Relatório de Controles Internos – RCI referente ao 1º semestre de 2024;
II	Reforma Tributária e seus impactos na Previdência Privada;
III	Regimento Interno do Conselho Deliberativo;
IV	Perspectivas econômicas para 2025;
V	Apresentação dos indicadores de Gestão;
VI	Outros Assuntos.

3. Participantes

Nome	Cargo	Assinatura
Ana Carolina Cavalcante Reis	Membro Efetiva	ANA CAROLINA CAVALLANTE REIS
Carlos Afonso Araujo Melo	Membro Efetivo	<i>[Assinatura]</i>
Eronildes Almeida Marinho	Membro Efetivo	Eronildes Almeida Marinho
José Silva Sobral Neto	Presidente	Jose Silva Sobral Neto
Teonia Almeida Do Vale Costa	Membro Efetiva	TEONIA ALMEIDA DO VALE COSTA
Ytaquirate Quena Silva Soeiro	Membro Efetivo	YTAQUIRATE QUENA SILVA SOEIRO

4. Convidado

Nome	Cargo	Assinatura
André Evangelista de Souza	Gerente de Controles Internos	André Evangelista de Souza



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 01ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2025

Carlos Antônio Brito dos Santos	Diretor Financeiro	<i>Carlos Antônio Brito dos Santos</i>
Geovane Ximenes de Lira	Presidente Conselho Fiscal	<i>GEOVANE XIMENES DE LIRA</i>
Luiz Fernando Brum dos Santos	Diretor de Seguridade	<i>LUIZ FERNANDO BRUM DOS SANTOS</i>
Mauro Chaves de Almeida	Presidente	<i>Mauro Chaves de Almeida</i>
Milton Maia	Gerente de Controladoria	<i>Milton Maia Braga Martins Neto</i>
Júlio César Bueno de Brito	Gerente de Investimentos	<i>Julio César Bueno de Brito</i>

5. Secretária

Nome	Cargo	Assinatura
Tayara Aiane Silva Ferreira	Secretária de Governança	<i>TAYARA AIANE SILVA FERREIRA</i>

6. Assuntos Discutidos / Decisões

Dando início à reunião, o Presidente do Conselho, José Silva Sobral, saudou, cordialmente, os presentes e procedeu com a leitura da Ordem do Dia. Em seguida, concedeu a palavra ao Diretor Financeiro, Carlos Brito, para a apresentação do primeiro item da pauta.

I. Relatório de Controles Internos – RCI referente ao 1º semestre de 2024;

Carlos Brito iniciou sua fala cumprimentando a todos presentes e, em seguida, informou que a apresentação será conduzida pela Sra. Rafaela Wallner, representante da consultoria PFM, a qual prestou importantes subsídios a este colegiado na elaboração do presente relatório.

A consultora ressaltou aos conselheiros a importância da elaboração do RCI por parte do Conselho Fiscal, referente ao 1º semestre de 2024. Enfatizou que o objetivo do Conselho Fiscal da EQTPREV, ao elaborar este Relatório, é apresentar os resultados das análises realizadas, abrangendo: a) o cumprimento das normas vigentes; b) a conformidade com as políticas de investimentos; c) a aderência às hipóteses atuariais; e d) a execução orçamentária. Essa análise visa assegurar o cumprimento das disposições legais, especialmente, o disposto no art. 19 da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004. Logo após, foi apresentada de forma resumida a conclusão do Conselho Fiscal sobre os itens exigidos para a elaboração do relatório, abrangendo os seguintes



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 01ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2025

capítulos: Gestão dos Recursos, Gestão do Passivo, Execução Orçamentária, Ambiente de Controle e Gestão da Entidade.

Gestão dos Recursos: Foi detalhada a composição, os limites e os riscos dos investimentos, com a conclusão de que a gestão dos recursos garantidores esteve alinhada à legislação e às Políticas de Investimentos, exceto pelos itens 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.4. Não foram feitas recomendações adicionais, mas o monitoramento seguirá para a validação do Resumo do DI (primeiro semestre de 2024) e o reenquadramento do Plano Cemar BD aos limites de liquidez.

Gestão do Passivo: Abordou-se a evolução do patrimônio social e os resultados dos planos, com a conclusão de que a gestão estava em conformidade com a legislação e os perfis dos planos. O ponto de atenção M.3.>2/1S2023 foi encerrado, mas o Conselho acompanhará a revisão dos Planos Celpa OP e Equatorial BD para utilização de reservas especiais, além da elaboração do plano de equacionamento de déficit do plano Celpa Risco até 2024.

Execução Orçamentária: Foram apresentados resultados, desvios e análises dos indicadores de gestão, ressaltando-se a importância do acompanhamento contínuo para alinhar os resultados ao orçamento. O Conselho concluiu que houve monitoramento das despesas administrativas e indicadores de gestão conforme a legislação, mas ainda são necessárias ações para atender à Resolução CNPC Nº 48/2021, incluindo a revisão do Regulamento do PGA. Recomendações anteriores permanecem relevantes e serão reavaliadas no próximo semestre.

Ambiente de Controle: Destacaram-se as estruturas de gestão e órgãos corporativos que promovem uma cultura organizacional baseada em valores e práticas para minimizar riscos. O Conselho concluiu que as atividades de controle foram adequadas ao porte e complexidade da entidade, mas melhorias ainda são necessárias. Recomendações e pontos de atenção permaneceram válidos, incluindo o monitoramento de recomendações da auditoria externa de 2023.

Gestão da Entidade: Foram tratados a estrutura e as certificações dos membros de governança. A Entidade foi considerada em conformidade com a legislação quanto à certificação e habilitação da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Gerência de Investimentos, mas o Conselho Deliberativo e o Comitê de Investimentos apresentaram desconformidades legais. Algumas recomendações foram encerradas, enquanto outras seguem válidas para reavaliação no próximo semestre. Não houve novas recomendações para o período analisado.

A consultora ressaltou que mais detalhes do relatório já haviam sido previamente disponibilizados a todos e que, em caso de dúvidas, o documento poderia ser consultado. Os pontos pendentes



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 01ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2025

foram revisados e sofreram alterações e, em 2025, serão reavaliados considerando a nova legislação. Em sua maioria, o relatório ainda faz referência à Resolução Previc n. 23; no entanto, algumas disposições já foram modificadas em conformidade com a Resolução Previc n. 25, do segundo semestre de 2024.

Durante a discussão sobre o tema, o conselheiro Eronildes Marinho questionou um ponto específico do relatório na página 9, item 3.2 – Enquadramento e Gestão de Riscos dos Investimentos. Ele indagou se o relatório, concluído em dezembro de 2024, já estaria pronto para consulta no final do referido mês. A Diretoria respondeu que os relatórios apresentavam divergências e estavam em processo de validação, sendo a demora atribuída ao tempo necessário para atualização do site da Previc. Informou-se que, após o envio, a validação pode levar de dois a três dias. A consultora esclareceu que o relatório é enviado mensalmente à Previc e, após a identificação de eventuais divergências, um novo envio é realizado. No caso em questão, o relatório foi enviado no prazo correto e, posteriormente, identificaram-se inconsistências. O Sr. Milton Maia contribuiu para a discussão, informando que, devido à incorporação da Fundação ELETRA, a Previc enfrentou dificuldades e não efetivou a consolidação dos dados. Embora os relatórios tivessem sido enviados, não estavam sendo devidamente processados, tornando necessária uma atuação junto à Previc para a resolução do problema.

Na página 11, no item 3.2.1 – Alocação e Concentração, nos comentários da Diretoria Executiva, o Conselheiro Eronildes solicitou que se verificasse a página 13, onde consta o item 3.2.4 – Risco de Liquidez. O conselheiro observou que, no comentário da Diretoria Executiva, constava uma ação adotada para solucionar o apontamento, diferentemente do item 3.2.1, onde não foi detalhado o procedimento realizado. O Presidente Mauro Chaves respondeu que, como houve o vencimento de ativos e os recursos foram destinados à liquidez, não era vantajoso realizar qualquer movimentação antes desse vencimento. Apenas a decisão de não realocar os recursos já resultaria no devido enquadramento. O Gerente de Investimentos complementou a explicação, esclarecendo que o perfil arrojado possui limites mínimo e máximo para a alocação de recursos em renda fixa. Como houve mudanças nos perfis, os recursos foram alocados inicialmente em fundos caixa e, posteriormente, redistribuídos entre as diferentes classes de ativos: renda variável, investimentos estruturados e investimentos no exterior. Com essa redistribuição, o desenquadramento foi sanado.

O conselheiro Eronildes Marinho solicitou esclarecimentos sobre a questão abordada na página 13. A consultora informou que o desenquadramento da liquidez não foi resolvido dentro do semestre, razão pela qual foi registrado como ponto de atenção e monitoramento, com previsão de controle



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 01ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2025

para o reenquadramento. Júlio César explicou que o Stress Test foi impactado pela volatilidade do mercado. Destacou que, nos três primeiros meses do ano, havia uma expectativa específica para o comportamento do mercado, mas a partir de abril essa perspectiva se alterou. As taxas dos títulos públicos começaram a subir e, no final do ano, foi editada uma nova legislação para mitigar os impactos dessa volatilidade, permitindo a marcação dos títulos na curva. No entanto, ainda no segundo semestre, ocorreu uma extrapolação em razão das variações do mercado. O novo ALM, recentemente aprovado, visa reduzir o risco. Ele esclareceu ainda que o desempenho do segmento de renda variável foi impactado pela volatilidade, que se revelou mais intensa do que o previsto no início do ano. Ressaltou que não há um limite legal específico para a situação e que o controle de riscos é estabelecido justamente para garantir um equilíbrio adequado, sem exposição excessiva ao risco.

Houve alguns outros apontamentos do Conselheiro Eronildes Marinho no relatório para aprimorar sua clareza e formalidade. No item 6.1 – Gestão de Riscos e Controles Internos (pág. 37), recomendou-se a inclusão de uma justificativa para a não implementação de determinada medida. No item 6.2.1 – Obrigações Legais (pág. 38), apontou-se a repetição excessiva da expressão “Segundo a Diretoria Executiva”, sugerindo-se sua reformulação. No item 6.3 – Acompanhamento de Auditorias (pág. 40), propôs-se o acréscimo da expressão “promovendo os ajustes que se fizerem necessários” para indicar as providências adotadas.

A consultora esclareceu que questões não resolvidas dentro do semestre serão registradas como pontos de atenção e monitoramento, dependendo dos comentários da Diretoria Executiva. O Conselho Fiscal deverá recomendar providências sempre que houver problemas nos controles internos e acompanhar a conformidade com as políticas de investimento.

Os temas foram amplamente discutidos e esclarecidos, com destaque para a melhoria na qualidade do relatório. Ao final, o presidente do Conselho agradeceu a presença dos participantes e deu início ao próximo item da reunião.

II. Reforma Tributária e seus impactos na Previdência Privada;

O Diretor de Segurança, Luiz Fernando Brum, apresentou a pauta e destacou a participação da Dra. Patrícia, consultora da ABRAAP e especialista na área tributária, para esclarecer os impactos da reforma tributária no segmento de previdência.



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 01ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2025

A Dra. Patrícia explicou que a reforma tributária foi aprovada pelo Senado, em dezembro de 2024, sancionada pelo presidente e publicada na Lei Complementar nº 214/2025. A reforma substitui tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O artigo 26 da nova legislação estabelece que as entidades fechadas de previdência complementar não são contribuintes do IBS e CBS, pois não realizam comercialização de bens ou serviços.

No entanto, o parágrafo 9º do artigo 26 vincula essa não incidência ao cumprimento dos requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), que determina que entidades sem fins lucrativos não podem distribuir patrimônio ou recursos a qualquer título e devem aplicar integralmente seus recursos no país para manutenção de seus objetivos institucionais. Houve debate sobre a interpretação do termo "aplicar", se no sentido de investimento financeiro ou operacional, mas consultas tributárias indicam que a exigência se refere à destinação dos recursos à atividade-fim no país.

A reforma tributária foi regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, e um outro Projeto de Lei Complementar (PLP 108/2024), que trata da arrecadação do IBS e CBS, ainda está em tramitação no Senado. O artigo 129 desse PLP reforça a exclusão dos planos de previdência complementar da tributação do IBS e CBS, confirmando a não incidência sobre essas entidades. Foi destacado que a extinção do PIS e COFINS em 2027 não afetará as entidades fechadas de previdência complementar, pois o artigo 26 já prevê a não incidência da CBS.

O conselheiro Eronildes Marinho questionou se a limitação da isenção do Imposto de Renda a R\$ 20 mil para portadores de doenças graves já estava aprovada ou ainda em tramitação. A Dra. Patrícia esclareceu que essa mudança faz parte da segunda fase da reforma tributária, referente ao Imposto de Renda, que ainda não teve um projeto de lei complementar apresentado.

Por fim, o Presidente do Conselho agradeceu à Dra. Patrícia, destacando a clareza e objetividade de sua explanação, e expressou alívio ao saber que, apesar do complexo trâmite da reforma, a legislação aprovada garante a não incidência dos novos tributos para as entidades fechadas de previdência complementar.

III. Regimento Interno do Conselho Deliberativo

Com a palavra, o Diretor de Seguridade, Luiz Fernando Brum, apresentou um resumo sobre o tema em pauta, destacando que a elaboração do novo regimento foi conduzida pela conselheira Karine Moraes. Ressaltou que, até o momento, a entidade possuía um regimento único aplicável a todos



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 01ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2025

os órgãos de governança, a saber: Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Comitê de Investimentos e Conselho Fiscal.

Diante disso, a conselheira propôs a segmentação dos regimentos, de modo que cada órgão possuísse seu próprio regulamento específico. Inicialmente, a reformulação foi realizada para o Conselho Deliberativo, servindo como referência para os demais. O trabalho foi desenvolvido considerando as melhores práticas do mercado e a experiência de outras entidades, garantindo a adoção de um modelo atualizado e alinhado às exigências do setor. O material foi previamente encaminhado aos membros para análise, e a reunião foi aberta a questionamentos e esclarecimentos.

Na sequência, o conselheiro Eronildes Marinho solicitou a palavra e propôs uma alteração no artigo 14, parágrafo único, do regimento, sugerindo a seguinte modificação:

Texto original: "Para encaminhamento de proposta da Diretoria Executiva, o Presidente do Conselho dará a palavra ao Diretor-Presidente ou ao Diretor responsável pela proposta."

Texto sugerido: "**Para apresentação** de proposta da Diretoria Executiva, o Presidente do Conselho dará a palavra ao Diretor-Presidente ou ao Diretor responsável pela proposta."

A sugestão foi submetida à deliberação e **aprovada por unanimidade pelos membros presentes, consolidando o novo texto no regimento.**

IV. Perspectivas econômicas para 2025;

O Diretor Carlos Brito, introduziu o tema e convidou o consultor da ADITUS, Renato, para apresentar um panorama econômico e as perspectivas para 2025.

O consultor iniciou sua explanação destacando que 2024 foi um ano desafiador, o que naturalmente gera preocupações para o ano seguinte. Apresentou um material de mercado para contextualizar sua análise e abordou inicialmente o cenário internacional, destacando a volatilidade dos mercados e os impactos da política econômica dos Estados Unidos. Mencionou que, embora o discurso inicial do governo Trump tenha sido agressivo, o histórico indica que suas decisões tendem a seguir um caminho de negociação. Ele ressaltou a imprevisibilidade desse cenário e a inclinação das curvas de juros nos EUA e no Brasil, apontando uma expectativa de cortes de juros mais acentuados nos próximos períodos.

No cenário doméstico, a análise focou na sustentabilidade do crescimento econômico no médio prazo. A política fiscal do governo, que inclui gastos acima do teto, precatórios e medidas de



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 01ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2025

transição, pode gerar um crescimento artificial a curto prazo, mas levanta questionamentos sobre sua viabilidade. Destacou-se que, com uma carga tributária superior a 30% do PIB, há limitações para aumentar a arrecadação. Além disso, a necessidade de um superávit primário torna-se cada vez mais evidente diante do elevado endividamento público.

Com relação às perspectivas para 2025, foi ressaltado que o mercado já precificou grande parte do cenário atual desde a apresentação da LDO em abril de 2024. Contudo, diversas tentativas frustradas de ajuste não foram bem recebidas, o que gerou maior desconfiança. A inflação segue longe de atingir um pico, com impactos de combustíveis, câmbio e serviços, sendo necessário manter a Selic elevada para conter os efeitos inflacionários.

No âmbito político, a antecipação da discussão sobre reeleição em 2026 adiciona mais incertezas. O segundo semestre de 2025 poderá ser marcado por inflação persistente, juros elevados, crédito caro e desaceleração da economia, um conjunto de fatores desfavoráveis ao crescimento sustentável.

Diante desse cenário, o consultor sugeriu estratégias de investimento mais conservadoras, sem necessariamente reduzir o risco, mas priorizando ativos mais estáveis. Destacou o CDI como protagonista no contexto atual e identificou oportunidades nos ativos de risco no Brasil, uma vez que o mercado, por vezes, exagera nas precificações.

O Conselheiro Eronildes Marinho questionou a Diretoria sobre a busca por ativos mais conservadores dentro dos perfis de investimento. Mauro Chaves respondeu que o perfil conservador da entidade já é atrelado ao CDI, o que o torna adequado para momentos de volatilidade. Ele ressaltou a importância de manter equilíbrio entre os perfis, garantindo a proteção dos participantes, sejam ativos ou assistidos.

Carlos Brito complementou que a política de investimentos estabelece limites claros para riscos, garantindo a adoção de diretrizes rigorosas. Explicou que a volatilidade dos perfis é controlada dentro de parâmetros específicos: 1% para o perfil conservador, 3% para o moderado e 6% para o arrojado. Dessa forma, os participantes podem escolher a opção que melhor se adequa ao seu perfil e tolerância ao risco.

A reunião seguiu com discussões e esclarecimentos entre os membros, consolidando o entendimento sobre o tema.



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 01ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2025

V. Apresentação dos indicadores de Gestão;

Com a palavra, O Diretor Financeiro apresentou um panorama geral dos principais indicadores de gestão, destacando sua correlação com o mercado. Em relação à Taxa de Administração do PGA, que mede a proporção dos recursos garantidores, observou-se que, até novembro, a taxa estava em 0,54%, abaixo da meta anual de 0,80%, porém ligeiramente superior à média das entidades do setor elétrico. Em comparação com o Benchmark das entidades classificadas como S2, grupo ao qual a entidade passou a integrar, os resultados demonstram alinhamento com o mercado, ainda que permaneçam aquém da meta estabelecida.

No que se refere às despesas administrativas, verificou-se que 29,5% dos gastos do orçamento total são direcionados a serviços de terceiros, enquanto a média do mercado é de 18%, reflexo do menor porte da entidade em relação às demais do setor. A despesa de pessoal em relação aos recursos garantidores corresponde a 30%, um percentual que está em conformidade com o mercado. Além disso, a relação entre despesas administrativas e o ativo total foi registrada em 0,51%, inferior ao Benchmark de 0,58%, evidenciando um gerenciamento eficiente dos custos.

O Conselheiro Eronildes Marinho solicitou uma análise comparativa mais detalhada, focada em fundações de porte similar à EQTPREV, para uma avaliação mais precisa dos indicadores. No tocante às despesas de pessoal por participante, verificou-se que a entidade gasta R\$ 917 anuais por participante, um valor inferior ao Benchmark de R\$ 1.091, o que reforça sua eficiência operacional.

O Diretor de Seguridade, Luiz Fernando Brum, ressaltou que, em 2024, houve um aumento significativo no número de participantes ativos, ultrapassando 2.000 novos ingressos, o que contribuiu para a ampliação da base de contribuintes e, conseqüentemente, para a sustentabilidade do plano. Complementando as informações, o Diretor Carlos Brito destacou que o custo administrativo por participante está em R\$ 1.600 anuais, enquanto a média de mercado é de R\$ 2.400, reforçando o controle eficaz das despesas.

Foi informado ainda que o Fundo Administrativo da entidade possui recursos suficientes para cobrir quatro anos de despesas, estando em conformidade com as metas estabelecidas. No que diz respeito à taxa de carregamento, verificou-se que se encontra acima do Benchmark, uma vez que as contribuições e benefícios da entidade são proporcionalmente menores em relação ao patrimônio. A expectativa, no entanto, é de que essa taxa apresente melhorias futuras, à medida que os valores de contribuições e benefícios aumentem.



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 01ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2025

Como parte do planejamento estratégico, a entidade está avaliando um novo modelo de contribuição dos participantes, tema que ainda será discutido no Conselho. A proposta visa permitir contribuições mais elevadas, o que proporcionará benefícios futuros mais sólidos e contribuirá para o aprimoramento dos indicadores financeiros da entidade.

Por fim, o tema foi amplamente discutido entre os membros, e todas as dúvidas foram devidamente esclarecidas.

VI. Outros Assuntos;

O Diretor de Seguridade, Luiz Fernando Brum, destacou o excelente trabalho realizado em conjunto com a Equatorial, apresentando a evolução do percentual de participantes em relação ao número total de colaboradores da empresa. Observou-se que, entre 2019 e 2023, esse percentual diminuiu anualmente, influenciado por fatores como a pandemia de COVID-19, a baixa adesão no momento da admissão e a incorporação de novas empresas, como EQTL Goiás, que já possuíam um índice reduzido de participação. O ano de 2023 foi encerrado com 53% de adesão, ou seja, apenas um em cada dois colaboradores era participante de algum plano da EQTPREV.

Diante desse cenário, foram implementadas duas ações estratégicas: a primeira foi a instituição da inscrição automática, tornando a EQTPREV a primeira entidade no país a adotar esse mecanismo, que se tornou referência para outras fundações. Essa medida solucionou o problema da baixa adesão na admissão. Paralelamente, em parceria com a equipe da Equatorial, foi desenvolvido um plano de ação, resultando na Semana da Previdência, realizada em cada empresa do grupo. Como resultado, entre julho e dezembro de 2023, a adesão subiu de 53% para 78%, aproximando-se da meta de 80%, considerada muito desafiadora. O Diretor agradeceu o apoio fundamental da patrocinadora e da equipe de Gente e Gestão, com destaque para os conselheiros Carol Reis e Ytaquirate Soeiro, cujo suporte foi essencial para a implementação das ações.

Os dados apresentados demonstraram que, em 2024, o número de participantes aumentou de 3.839 para 5.751, com a inclusão de mais de 2.000 novos colaboradores no plano, reforçando a importância da previdência complementar. O Diretor ressaltou que esse crescimento impactou positivamente os indicadores financeiros e garantiu maior proteção previdenciária aos colaboradores. Comparando os percentuais de adesão por estado, observou-se crescimento expressivo: Alagoas saiu de 53% para 91%, Pará de 70% para 89%, Maranhão de 72% para 87%, Piauí de 33% para 73% (anteriormente um dos estados com pior desempenho), e Goiás de 41% para 60%. Apesar de ainda abaixo da meta de 80%, o avanço foi significativo. O Diretor ressaltou



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 01ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2025

que o trabalho continuará ao longo de 2024, com a Semana da Previdência sendo institucionalizada como ação permanente. O impacto positivo não se limita ao aumento no número de participantes, mas também à fortalecimento da marca EQTPREV. Neste ano, as iniciativas serão estendidas também aos assistidos. Além disso, mencionou o reconhecimento da EQTPREV como um case de sucesso pelo Ministério da Previdência, em relatório divulgado, servindo de modelo para outras entidades, o que não teria sido possível sem o apoio da patrocinadora.

O tema gerou discussões entre os presentes, que elogiaram os resultados alcançados. A Conselheira Teonia questionou se os dados apresentados incluíam o Plano BD do Piauí. O Diretor Carlos Brito esclareceu que os números consolidam todos os planos, sem segmentação. Ela também destacou que Piauí ficou 10 anos sem um plano previdenciário, uma situação ainda sem solução definitiva, pois encontra-se em disputa judicial ainda elogiou a inscrição automática como uma ferramenta eficaz e ressaltou a necessidade de conscientização sobre previdência complementar.

A conselheira ainda levantou uma questão sobre os imóveis da carteira do Plano EQTL BD PI e já haviam sido indicados para venda. Indagou sobre qual seria a alternativa caso esses imóveis não estivessem disponíveis para investimento. Brito explicou que esses ativos já compõem o patrimônio dos investimentos e, caso fossem liquidados, os recursos seriam realocados em outros ativos, mantendo a liquidez necessária.

O Diretor de Seguridade complementou as discussões reforçando o trabalho prévio da conselheira no Piauí antes da chegada da entidade, reconhecendo sua liderança positiva na superação da resistência inicial à adesão ao plano previdenciário.

Nos assuntos gerais, o Diretor Luiz Brum antecipou que, em breve, será convocada uma reunião extraordinária para a apreciação de três temas principais:

1. Incorporação do Plano Equatorial CD AL pelo Plano Equatorial CD, já autorizada pela Previc em dezembro, com prazo de 120 dias para implementação. O Conselho Deliberativo deverá avaliar os impactos e definir a data efetiva;
2. Distribuição do superávit no Plano Equatorial BD, aprovada em dezembro, exigindo uma adequação regulamentar para que os benefícios possam ser melhorados;
3. Alteração do Plano de Custeio do Equatorial CD, autorizada pela patrocinadora. Atualmente, o modelo de contribuição possui faixas salariais e tetos diferentes, o que não se alinha às práticas do mercado para planos CD. A nova sistemática será mais flexível, permitindo contribuições entre 2% e 8%, sem teto, com a patrocinadora acompanhando o percentual




EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 01ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO DELIBERATIVO NO EXERCÍCIO DE 2025

escolhido pelo participante. Foi também autorizada uma melhoria no mecanismo de resgate: anteriormente, a parcela da patrocinadora era de 0,3% ao mês, alcançando o teto de 80% apenas após 22 a 23 anos de vínculo. Com a mudança, esse teto será atingido em 15 anos, beneficiando os participantes ativos. Além disso, deverá ser avaliada a eliminação das janelas fixas (abril e outubro) de alteração da contribuição, permitindo que os participantes ajustem suas contribuições a qualquer momento, atendendo a uma demanda recorrente da área de Gente e Gestão.

Após a conclusão dos assuntos da pauta e não havendo manifestações adicionais, a reunião foi encerrada às 18h. Determinou-se a lavratura da presente ata, que será assinada digitalmente por todos os presentes.

JSSN ACCR C.M.  LAOVAGASS MEDS MCDIA LFBDSCB EXDL JB HMBMNTASF